

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Trava de 30% na extinção de empresas é inconstitucional (Artigo).....3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf anula autuação fiscal contra o Grupo Coty por planejamento tributário abusivo
.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Texto que propõe contenção de gastos passa na Câmara.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A renda se move nas médias cidades - PERGUNTE AOS DADOS.....8

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

' Taxa das blusinhas' prejudicou mais pobres sem gerar renda nem emprego (Editorial)
.....11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PF enviou inquérito ao STF após citação a Pacheco e Carlos Viana.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Criminalidade obtém poderio financeiro e armas com uso de tecnologia.....14

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad cobra Castro sobre medidas de combate às fraudes e ao contrabando.....16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto prevê atualização de valor de imóveis.....17

O ESTADO DE S. PAULO - ESTADÃO BLUE STUDIO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Entenda como o imposto do tabaco pode financiar o cuidado em câncer de pulmão.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Motiva prevê anunciar venda de aeroportos ainda em2025.....20

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dois dias após liberação parcial, Justiça volta a interditar a Refit.....21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fed corta juros, mas indica que ciclo de reduções pode ser interrompido.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Santander lucra mais e eleva rentabilidade.....25

Quinta-Feira, 30 de Outubro de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Gasto tributário quintuplica e representa 25% da arrecadação..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O cuidado que a redução dos juros requer (Artigo)..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ECONOMIA

União arrecada R\$ 4,9 bi com Programa Desenrola..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Em meio a aperto, crédito segue em desaceleração..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL COP 30
ECONOMIA

Inação pode gerar perda de R\$ 17 trilhões..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Fundos para crises climáticas estão abaixo da meta, diz ONU..... 36

CORREIO DA MANHÃ ONLINE - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
ANFIP

Marcha contra a reforma reúne milhares na Esplanada dos Ministérios..... 38

Trava de 30% na extinção de empresas é inconstitucional (Artigo)

Raphael Lavez e Rômulo Coutinho

O Supremo Tribunal Federal (STF) terá, em breve, a oportunidade de corrigir uma distorção tributária significativa: a aplicação da trava de 30% para compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL no encerramento definitivo das atividades das empresas. Recentemente, o STF reconheceu a repercussão geral dessa matéria (RE nº 1.425.640/RS, Tema nº 1.401). Trata-se de questão de particular importância para o ambiente econômico e empresarial do país, com repercussões constitucionais relevantes.

A chamada trava dos 30% surgiu nos anos 1990, permitindo que empresas compensem prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL apenas até o limite de 30% do lucro tributável em cada exercício. Tal medida pressupõe a continuidade operacional da empresa, pois o saldo não utilizado pode ser compensado nos anos seguintes, indefinidamente.

No entanto, essa lógica é rompida no cenário específico da extinção da pessoa jurídica, seja por liquidação, incorporação, fusão ou cisão total. Nesse contexto, aplicar a trava resulta na perda definitiva do saldo de prejuízos acumulados decorrente de tais operações, obrigando empresas a recolherem IRPJ e CSLL sobre um lucro artificial. Em outras palavras, tributa-se algo que não representa acréscimo patrimonial real, violando frontalmente os princípios constitucionais fundamentais.

Do ponto de vista constitucional, a aplicação da trava nesses casos fere diretamente a capacidade contributiva. A Constituição determina que a tributação, notadamente no caso dos **impostos**, deve refletir a real capacidade econômica do contribuinte. Exigir tributo sobre lucros que, de fato, representam apenas uma recuperação parcial de prejuízos passados significa tributar patrimônio e não renda. A empresa, que não teve ganho efetivo após considerados todos os prejuízos históricos, acaba penalizada com uma carga tributária desproporcional.

Além disso, o princípio da isonomia é violado quando se considera que empresas em idênticas condições econômicas recebem tratamento fiscal desigual apenas por estarem encerrando suas atividades. Duas empresas com histórico econômico idêntico podem ter tributações completamente diferentes: aquela que

encerra atividades paga mais imposto, simplesmente porque não há mais futuro para a compensação integral dos prejuízos. Esse cenário gera uma distorção concorrencial injustificada e prejudicial à segurança jurídica.

O princípio da legalidade tributária também é desrespeitado. A aplicação da trava foi instituída sob a premissa explícita da continuidade empresarial. Aplicá-la fora desse contexto extrapola o limite constitucional da tributação da renda, já que se impõe cobrança de imposto sobre parcela que claramente não constitui acréscimo patrimonial legítimo.

Outro ponto essencial é o princípio da vedação ao confisco. Tributar patrimônio disfarçado sob a forma de lucro meramente contábil constitui, na prática, uma forma confiscatória de tributação. Não há acréscimo patrimonial, apenas recuperação parcial de perdas anteriores.

Na prática, empresas que se reorganizam por meio de fusões ou incorporações têm suas estratégias severamente prejudicadas por essa distorção tributária. Muitas vezes, empresas deficitárias são incorporadas visando otimizar operações, enxugamento de estrutura e encerramento de negócios. A trava de 30% impede tal otimização legítima, punindo desnecessariamente iniciativas empresariais legítimas e inibindo investimentos importantes.

Finalmente, em acréscimo a todas as razões acima, a aplicação da trava de 30% na extinção da pessoa jurídica vai diretamente contra a justificação dos **tributos** sobre rendas empresariais. Ora, lucros empresariais são gerados num ambiente de negócios cuja estabilidade e existência depende da tutela estatal. É no mercado que tais atividades são realizadas e, por isso, tem o Estado um quinhão nesses lucros: é justamente do caso do IRPJ e da CSLL. O próprio STF já reconheceu que "o valor devido a título de CSLL corresponde a uma parcela do lucro do contribuinte, que é destinada aos cofres" (RE 582.525/SP). Que tipo de sócio seria o Estado caso apenas participasse nos lucros, mas desprezasse os prejuízos? Naturalmente, o encerramento de uma empresa representa o acerto final de contas com o Estado, de modo que não haverá parcela de lucro a destinar aos cofres públicos se, ao invés de lucros, a

empresa apenas tiver lucros acumulados.

O reconhecimento da repercussão geral pelo STF representa uma oportunidade ímpar para corrigir essas distorções. A expectativa do setor empresarial é que a Corte restaure a justiça tributária e a força normativa da Constituição, afastando a aplicação da trava de 30% nos casos de extinção da pessoa jurídica, imposta por uma jurisprudência administrativa construída sobre o controverso voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Ao fazê-lo, o STF não apenas reafirmará importantes princípios constitucionais, como também garantirá maior segurança jurídica e racionalidade ao ambiente empresarial brasileiro.

Tais razões demonstram que o STF acertou ao reconhecer a repercussão geral da matéria e seguirá acertando caso reconheça a inconstitucionalidade da aplicação da trava de 30% especificamente no caso de extinção da empresa. Dessa forma, haverá garantia real de que a tributação recaia apenas sobre a riqueza efetivamente produzida, promovendo justiça fiscal e estimulando a competitividade e a reorganização empresarial legítima.

Raphael Lavez e Rômulo Coutinho são sócios do Lavez Coutinho

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251030>

Carf anula autuação fiscal contra o Grupo Coty por planejamento tributário abusivo

Marcela Villar De São Paulo

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** anulou auto de infração contra a Savoy Indústria de Cosméticos S.A., do Grupo Coty, dona de marcas como Risqué, Monange, Koleston e Wella, em um caso em que a Fazenda Nacional a acusava de planejamento tributário abusivo. O tribunal entendeu que as operações feitas entre a Savoy e a controladora, a Coty Brasil, por preço menor do que o de mercado são lícitas e válidas, mesmo que tenham como único intuito pagar menos **impostos**.

A Savoy foi multada porque, segundo a fiscalização, teria subfaturado o valor de venda dos produtos à Coty, a fim de reduzir artificialmente a base de cálculo do PIS e da Cofins, que incidem sobre o faturamento. O preço das mercadorias adotado entre as empresas do mesmo grupo econômico era em torno de metade do praticado com outros fornecedores e chegou a ser, em algumas transações, quatro vezes menor. Na visão da **Receita Federal**, tratava-se de planejamento tributário abusivo.

Para o **Carf**, porém, a busca por economizar **tributos**, desde que sem fraude ou simulação, é legítima. Segundo advogados, a discussão dos limites dos planejamentos tributários é antiga e a jurisprudência é vacilante. Nas hipóteses de ágio interno, por exemplo, em que há a compra de empresa por valor superior para abater do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL, o tribunal administrativo é majoritariamente contrário aos contribuintes, mas existem precedentes do Judiciário que validam a estratégia.

No caso da Savoy, a decisão, acrescentam especialistas, está de acordo com um precedente do Supremo Tribunal Federal (STF) que permite planejamentos tributários com o objetivo de gerar economia (ADI 2446). Os ministros permitiram ao Fisco desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo. Mas estabeleceram que ele só pode aplicar base de cálculo e alíquota em hipótese de incidência prevista em lei e que tenha se materializado.

O limite do planejamento lícito para um abusivo é a simulação"

- Adolpho Bergamini

Tributaristas lembram que para o IPI, existe previsão legal para exigir um "valor tributário mínimo (VTM)" a fim de evitar o pagamento a menor de **tributos**. Mas não há norma similar para as contribuições sociais. Isso consta no acórdão do **Carf**. "Não há critérios legais para a equalização dos preços praticados entre partes relacionadas para ajustá-los a preços de mercado no caso de PIS e Cofins monofásico", diz a decisão (processo nº 17095.720229/2022-79).

O auto de infração se refere aos anos de 2017 a 2019. Segundo a fiscalização, "a estrutura criada pelo grupo empresarial visou resguardar o resultado econômico e ao mesmo tempo, obter um menor pagamento de PIS/Pasep, Cofins e IPI". Por isso, ela recompôs a base de cálculo dos **tributos** usando os preços de revenda da Coty. Aplicou multa qualificada de 150% e atribuiu responsabilidade solidária entre as empresas, alegando fraude e conluio.

A Delegacia de Julgamento (DRJ) manteve a penalidade, apenas reduziu para 100% a multa qualificada, com base na Lei nº 14.689, de 2023. A Savoy recorreu ao **Carf**, alegando a ausência de dispositivo legal que vede as operações entre companhias do mesmo grupo e que permita o arbitramento da base de cálculo do PIS/Cofins. Defendeu ainda haver propósito comercial para segregar as atividades entre a entidade industrial e comercial e que não praticou fraude.

Os argumentos foram acatados, por maioria, pela 2ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 3ª Seção do **Carf**. "O arbitramento e desconsideração do negócio jurídico em razão de subfaturamento derivado de um planejamento tributário abusivo, depende da comprovação da existência de fraude, dolo ou simulação nas operações, como a inexistência de substância econômica nas atacadistas, criadas apenas para simular operações e fraudar o Fisco", diz o acórdão.

Houve divergência dos conselheiros Pedro Sousa Bispo e Fábio Kirzner Ejchel, que votaram a favor da União. Na visão deles, o Fisco comprovou que as operações foram simuladas, com o único objetivo de pagar menos tributo. "Os fatos citados são suficientes e demonstram que a operação de venda da Savoy para a sua controladora Coty não teve razão

econômica ou propósito negocial, mas visou tão somente a redução abusiva no pagamento do PIS e da Cofins", afirma Bispo, no voto.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251030>

O tributarista Maurício Faro, sócio do BMA e presidente da Comissão Especial de Assuntos Tributários (Ceat) da Ordem dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro (OAB-RJ), diz que o julgamento difere bem a evasão (fraude) da elisão fiscal. "É importante fazer a distinção do planejamento tributário lícito, aquele que o contribuinte estuda e estrutura o negócio da maneira em que a carga tributária é mais eficaz, para o ilícito, que ignora a ocorrência efetiva do fato gerador, ou se pratica atos sem substância", diz o advogado.

Para ele, a decisão derruba a percepção da **Receita Federal** de que os contribuintes devem "necessariamente fazer as operações da maneira em que houver a maior incidência de carga tributária". "Ficou claro no voto condutor do conselheiro Matheus Ziccarelli que não há que se falar em simulação se todos os atos jurídicos foram perfeitamente realizados", acrescenta.

Adolpho Bergamini, sócio do escritório Bergamini Advogados e ex-conselheiro do **Carf**, diz que o empresário pode organizar suas atividades como bem entender, com base no princípio constitucional da livre iniciativa. "Mesmo que isso leve a uma diminuição dos **tributos**, não é um problema em si ou uma razão de ilicitude", afirma.

O limite do planejamento tributário lícito para um abusivo é a simulação, segundo ele. "Se a empresa não existe, está só no papel, aí é um problema, é fraude", diz. "Mas se teve um preço que foi pago, houve o trânsito de estoque da mercadoria, frete pago e teve todas as partes de uma operação mercantil - compra, venda, pagamento, recebimento, transporte e assim por diante -, não é um problema", acrescenta.

Ele concorda com o voto vencedor, de que, como não há legislação que permita o arbitramento de base de cálculo do PIS/Cofins, não há como impor a tributação. "Na falta de uma norma clara, você não pode impor a tributação via interpretação do fiscal ou de órgão julgador", afirma Bergamini, reforçando que o tema não é consenso. "Ainda é vacilante a jurisprudência e talvez não se chegue a um consenso mesmo depois de acabados esses **tributos**, em 2027", completa, referindo-se a **reforma tributária**, que extinguirá o PIS/Cofins.

Procurados pelo Valor, o Grupo Coty e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deram retorno até o fechamento da edição.

Texto que propõe contenção de gastos passa na Câmara

PEPITA ORTEGA

Em vitória para o governo, a Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite o projeto de lei que institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp) (mais informações nesta página) e ressuscita parte da medida provisória (MP) alternativa ao aumento maior do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O texto que agora retorna ao Senado segue, em grande parte, os termos do relatório apresentado pelo deputado Juscelino Filho (União Brasil-MA), que, após acordo com o governo, incorporou medidas de contenção de gastos da MP que a Câmara deixou caducar no início do mês.

O texto retoma propostas relacionadas à compensação de PIS/Cofins, seguro-defeso (benefício pago a pescadores arte-sanais) e o Pé-de-Meia, bolsa de incentivo à permanência no ensino médio.

O governo ainda pretende submeter novamente ao crivo do Congresso a outra parte da MP do IOF, focada em medidas de arrecadação - que, por sua vez, enfrentam mais resistência. Líderes do governo têm sinalizado que a proposta de taxação das bets e fintechs, assim como aumento dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), deve ser encaminhada na forma de projeto de lei com urgência constitucional, para votação em 45 dias.

Do texto aprovado ontem, a principal medida é a de delimitação das hipóteses de compensação não declarada de PIS/Co-fins, com o objetivo de combater fraudes tributárias. Com esta proposta, o governo pretende arrecadar R\$ 10 bilhões em 2025 e mais R\$ 10 bilhões em 2026. Além disso, o projeto conta com proposta que derruba o limite de R\$ 20 bilhões para a operacionalização do Pé-de-Meia e insere o programa no piso mínimo da Educação.

Também foram incorporadas previsões sobre a tributação do empréstimo de títulos e valores mobiliários, condições para a dedução de perdas em operações de hedge (proteção) no exterior e a previsão de que a duração máxima do benefício de auxílio por incapacidade temporária concedido por análise documental (Atest-med) será de 30 dias.

Outros pontos incluem a limitação da despesa federal com a compensação financeira entre o Regime Geral de **Previdência Social** e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios à dotação orçamentária específica, além de disciplinamento sobre procedimentos relacionados ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

SEGURO-DEFESO. O projeto contém ainda medidas para inibir fraudes na concessão do se-guro-defeso. Algumas regras acabaram retiradas do texto: as que limitavam a concessão do benefício a uma dotação prevista a cada lei orçamentária e que estabeleciam que a concessão deveria obedecer ordem de inscrição para cada período de defeso.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A renda se move nas médias cidades - PERGUNTE AOS DADOS

CÉSAR FELÍCIO

César Felício é repórter especial de Política em Brasília

E-mail: cesar.felicio@valor.com.br

Uma transformação silenciosa pode estar em curso nos municípios médios do Brasil nos últimos 15 anos, segundo sugere levantamento de uma empresa que trabalha com dados georreferenciados para o varejo, a CórteX. Entre 2010 e 2025, de acordo com as projeções da empresa, a renda média real domiciliar aumentou na maioria dos 1.046 municípios que contam entre 10 mil e 60 mil residências (algo entre 40 mil e 240 mil habitantes), mas não de maneira uniforme.

Nesta faixa que a empresa denomina como "interior emergente" a renda cresceu com mais força em cidades do Norte e do Nordeste e decresceu em municípios do Sul e Sudeste, em especial em São Paulo.

Dos 50 municípios com maior crescimento de renda média real no período, 13 são do Maranhão, 10 do Ceará, 9 da Bahia e 6 do Pará. A campeã de crescimento é Itupiranga (PA), forte na agropecuária, com alta de 53,9%.

A pista para explicar a variação está clara, e os dados vão ao encontro do que já havia sido registrado por especialistas que se debruçaram em análises menos granuladas, levando a evolução por Estado ou por região. O impacto de programas de transferência de renda, da variação real do salário mínimo e da expansão de crédito para as classes C e D foi maior no Norte e no Nordeste.

Segundo Flavio Ataliba, professor da Universidade Federal do Ceará e pesquisador associado do FGV Ibre, a alta de rendimento médio real domiciliar tende a ser maior na região exatamente em municípios de porte médio. "No Nordeste e no Norte, há uma tendência de migração para as cidades médias em busca de serviços inexistentes em geral nos municípios de menor porte. A família que aumenta rendimento tende a sair de seu endereço original para poder consumir", afirma.

As cidades médias nordestinas ainda crescem com um movimento migratório na outra ponta: o de famílias vindas de grandes centros urbanos da região, em busca de qualidade de vida a custo menor. Para Ataliba, esta é a hipótese que pode explicar o crescimento da renda média familiar real em locais como Aquiraz (CE), na região metropolitana de Fortaleza, segunda do país em aumento de renda; de acordo com a projeção da CórteX. O município, conhecido por sediar o parque aquático Beach Park, começou a atrair condomínios da classe média alta da saturada capital cearense, com 7.775 habitantes por quilômetro quadrado.

A outra ponta da tabela, a que mostra as cidades médias com maior recuo de rendimento real, é de interpretação mais difícil. Segundo os dados da CórteX, 28 das 50 cidades neste porte com maior recuo de renda são de São Paulo, entre elas a recordista, Igarapava, município de 26 mil habitantes próximo a Franca, com economia centrada no setor de açúcar e álcool e conhecida por ser a mais quente do Estado.

O economista Naércio Menezes, do Insper, vê os dados com reserva. Considera pouco representativa no contexto de São Paulo uma amostra com municípios em faixa demográfica tão elástica, sobretudo pela desigualdade econômica dentro dos municípios que concentram condomínios, como Santana do Parnaíba e Valinhos. "A heterogeneidade destes municípios complica a análise extraordinariamente", diz.

Economista responsável pelo levantamento, Ana Helena Davinha abre em seu computador as telas do georreferenciamento que embasou a projeção com informações quarteirão por quarteirão das cidades. A projeção mescla dados do censo e da Pnad com informações da **Receita Federal** que mostram a instalação de comércios e serviços na região, indicador do padrão de consumo. A volatilidade é grande em áreas com a densidade populacional de São Paulo, onde municípios de porte semelhante se acotovelam dentro das regiões metropolitanas. O lançamento de um condomínio de padrão mais popular ou elitista pode fazer mover rapidamente a agulha do aumento ou da queda de renda.

Lembra ainda que 15 anos são um intervalo grande

para que municípios mudem muito seu perfil. A próspera Luís Eduardo Magalhães (BA), forte no agronegócio, tinha 100 mil habitantes em 2010. Atraiu migração e agora tem 170 mil. Com tamanho crescimento da base, a média de rendimento caiu, o que a levou a ser uma das que mais recuaram no ranking.

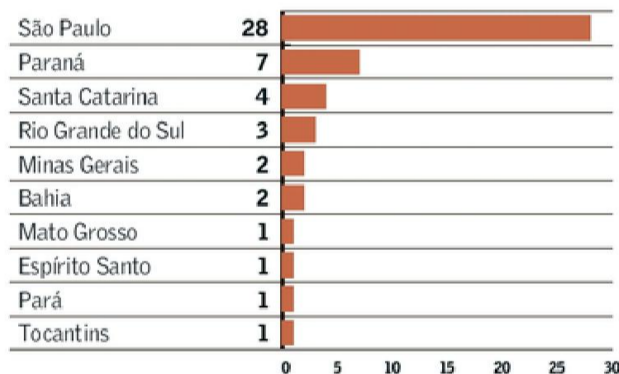
Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251030>

A variação de renda no "interior emergente"

Percentual de variação de renda média real entre 2010 e 2025 nos municípios entre 10 e 60 mil domicílios

50 com maior queda de renda

Distribuição dos municípios por Estado



50 com maior crescimento de renda

Distribuição dos municípios por Estado



Os 20 com maior alta de renda média real 2010/2025 no "interior emergente"

Distribuição dos municípios por Estado (%)

Itupiranga - PA	53,9
Aquiraz - CE	52,6
Girau do Ponciano - AL	48,4
Araguatins - TO	48,2
Araioses - MA	45,2
Granja - CE	44,9
Itapicuru - BA	44,8
Vargem Grande - MA	44,5
Pilão Arcado - BA	42,6
São José da Tapera - AL	41,9
Pacajá - PA	41,7
São Domingos do	40,2
Maranhão - MA	
Santa Luzia - MA	39,6
Augusto Corrêa - PA	38,5
Barreirinhas - MA	38,2
Campo Alegre de Lourdes - BA	38,0
Novo Oriente - CE	37,9
Várzea Alegre - CE	37,4
Viseu - PA	37,1

Os 20 com maior queda de renda média real 2010/2025 no "interior emergente"

Distribuição dos municípios por Estado (%)

Igarapava - SP	-42,9
Luís Eduardo Magalhães - BA	-26,8
Ipiauí - BA	-25,2
Valinhos - SP	-24,8
Ibaiti - PR	-22,9
Espírito Santo do Pinhal - SP	-22,7
Matão - SP	-22,6
Carlos Barbosa - RS	-21,9
Santana de Parnaíba - SP	-21,3
Imbé - RS	-20,5
Timbó - SC	-19,9
Andradina - SP	-19,8
Rio Branco do Sul - PR	-19,7
Botucatu - SP	-19,6
Fazenda Rio Grande - PR	-19,5
Poconé - MT	-18,8
Pirassununga - SP	-18,8
Mococa - SP	-18,4
Guaira - SP	-18,2
Biritiba-Mirim - SP	-18,1

A variação de renda média real nas capitais 2010/2025

Em %

João Pessoa	67,1
Belém	19,5
Natal	13,5
Rio de Janeiro	9,4
Teresina	4,1
Maceió	0,7
São Luís	0,09
Macapá	-1,9
Florianópolis	-3,2
São Paulo	-5,0
Campo Grande	-8,8
Goiânia	-10,1
Vitória	-10,2
Fortaleza	-9,9
Curitiba	-12,1
Cuiabá	-13,6
Palmas	-15,8
Aracaju	-15,9
Boa Vista	-15,1
Porto Alegre	-16,6
Belo Horizonte	-17,2
Manaus	-17,7
Brasília	-18,8
Rio Branco	-20,3
Salvador	-21,6
Recife	-25,9
Porto Velho	-27,9

609
municípios
tiveram alta

386
municípios
tiveram queda

Fonte: Cortex, valores deflacionados pelo IPCA 2025

'Taxa das blusinhas' prejudicou mais pobres sem gerar renda nem emprego (Editorial)

A taxação de importações de bens de consumo de até US\$ 50, apelidada "taxa das blusinhas", foi apresentada no ano passado como necessária para proteger segmentos da indústria nacional, de forma a gerar mais empregos e renda. Não fez uma coisa nem outra, de acordo com estudo da LCA Consultores. Ainda prejudicou a população de baixa renda, que não viaja para fora do país e perdeu acesso a produtos importados a preços baixos.

As importações de baixo valor caíram 43%, segundo o sistema da **Receita Federal** que facilita o desembaraço aduaneiro desses produtos. Para adquirir o mesmo bem, o consumidor passou a pagar mais caro, ficando com menos dinheiro disponível para outras despesas. Na verdade, foi induzido a desistir da compra, comprova pesquisa realizada entre 1.500 consumidores das faixas de renda C, D e E. A proporção dos que desistiram foi de 35% em agosto de 2024, 39% em outubro e 45% em abril deste ano. Os mais prejudicados, segundo o levantamento, foram os mais pobres, 80% dos quais buscavam no comércio eletrônico produtos inexistentes no Brasil. Importados voltaram a ser uma regalia disponível só aos mais abastados, que viajam para o exterior ou têm recursos para pagar a taxa.

Os pesquisadores examinaram também o efeito da taxação na geração de empregos na indústria e no comércio. No varejo e na produção de vestuário e acessórios, os postos de trabalho cresceram apenas 0,9%, bem abaixo da média de 3% na economia como um todo.

Seria possível argumentar que os cofres públicos receberam grande receita extra. Mas nem isso aconteceu. A "taxa das blusinhas" rendeu um aumento de R\$ 265 milhões por mês à arrecadação federal, ou apenas 0,08%. Só que, como os estados cobram ICMS dessas importações, a retração fez com que perdessem até R\$ 258 milhões mensais de arrecadação. O saldo foi uma receita tributária mensal extra de irrisórios R\$ 7 milhões. Sem falar no incentivo intrínseco que a taxação adicional traz àqueles que tentam evitá-la por meio do contrabando.

Com o advento do comércio eletrônico, houve uma explosão mundial no acesso a importados de baixo custo para a população de baixa renda. Isso levou vários países a adaptar sua política tributária. União

Europeia (UE), Chile, Austrália, Argentina e Tailândia eliminaram a isenção de **impostos** sobre o consumo desses produtos, mas sem taxar as importações. Era o mesmo sistema que vigorava no Brasil antes da "taxa das blusinhas": pagava-se ICMS, mas não a tarifa alfandegária. Da forma como está, a taxação no Brasil varia de 40% a 44%, ante 21% na UE e na Argentina, 19% no Chile, 10% na Austrália e 7% na Tailândia. Com a isenção, a alíquota brasileira voltaria a um patamar compatível, já que o ICMS varia entre 17% e 20%. Como toda política pública, a "taxa das blusinhas" deveria ser objeto de reavaliação à luz desses fatos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PF enviou inquérito ao STF após citação a Pacheco e Carlos Viana

**AGUIRRE TALENTO BRASÍLIA PEDRO AUGUSTO
FIGUEIREDO SÃO PAULO**

A investigação da Polícia Federal da Operação Rejeito, sobre um esquema de corrupção no setor da mineração, foi enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) neste mês de outubro por causa da apreensão de um conjunto de anotações que citam dois senadores de Minas Gerais: o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD) e o atual presidente da CPI do INSS, Carlos Viana (Podemos).

Pacheco disse que não pode comentar sobre "papel manuscrito de autoria incerta". Um dos cotados para a vaga do ministro Luís Roberto Barroso no STF, o senador disse estranhar o "vazamento" das informações agora "sem nenhum critério e lastro em prova".

Já Viana disse que a única ligação com a Vale é um pedido de prisão que fez a um ex-presidente da empresa. "O resto é especulação ou mentira", afirmou à reportagem.

Esses documentos foram extraídos pela PF em diálogos do celular do delegado federal Rodrigo Teixeira, preso na operação deflagrada em 17 de setembro, por suspeita de favorecer indevidamente empresários da mineração em troca de exercer influência em órgãos públicos.

As mensagens contendo fotos dos manuscritos foram enviadas em 2021.

No topo do desenho, consta o nome do senador Rodrigo Pacheco, mas sem nenhuma descrição sobre sua atuação. Uma linha vincula Pacheco ao empresário da mineração João Alberto Lages, preso na operação.

Ele é ex-deputado estadual de Minas Gerais pelo MDB e foi aliado político de Pacheco na época em que se candidatou. A defesa de Lages não se manifestou.

Uma outra página do desenho vincula o nome de Pacheco a uma atuação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e no Tribunal Regional Federal (TRF), mas sem dar detalhes.

O nome do outro parlamentar mineiro aparece em

outra página, do lado esquerdo, dentro da seguinte frase: "Existe alguma ligação/esquema do senador Carlos Viana com a Vale".

Ao Estadão, Viana afirmou que a única ligação com a Vale foi ter pedido a prisão de Fábio Schvartsman, ex-presidente da empresa, no âmbito da investigação da CPI de Brumadinho.

CPI. A comissão parlamentar aprovou, em julho de 2019, o relatório de Viana que pediu o indiciamento de Schvartsman e de outros 13 funcionários da Vale e da empresa alemã TÜV SÜD por dolo eventual pelo rompimento da barragem.

Com a aprovação, as recomendações dos parlamentares foram encaminhadas ao Ministério Público, para que fosse avaliada a possibilidade de denunciar os investigados à Justiça.

Nessa página, o documento também fala do ex-vereador de Belo Horizonte, Pablo César de Souza, que é casado com a deputada federal Greyce Elias (Avante- MG). Citado pelo apelido "Pablito", a anotação diz que ele venderia facilidades em órgãos ambientais com a ajuda do empresário João Alberto Lages.

Ele também já foi assessor de Pacheco no Senado. Souza afirmou à reportagem que não tem "a menor ideia do que se trata". "Não sou investigado nessa operação e por isso não tive acesso aos autos". Greyce foi procurada, mas não se manifestou.

"SUPERFICIAIS". Para a PF, esses manuscritos podem indicar suspeitas da participação de políticos no esquema de corrupção da mineração em Minas Gerais. As citações foram consideradas "superficiais" pelos investigadores. Eles decidiram, porém, remeter o inquérito ao STF por precaução para evitar alguma nulidade por causa dessas menções. O material está sob análise do ministro Dias Toffoli, que ainda não proferiu decisão.

"Nas interlocuções entre o DPF Rodrigo Teixeira e sua esposa Daniella Wandeck, foram encontrados três manuscritos, enviados por Daniella, que aparentemente mapeiam todo o esquema de corrupção perpetrado por **servidores públicos** e possivelmente políticos no estado de Minas Gerais",

diz o relatório de análise da PF.

No material enviado a Toffoli, também foram encontradas menções a deputados federais nos diálogos dos investigados, que tiveram seus celulares apreendidos. O ministro ainda analisa se, com essas citações, o caso deverá tramitar no STF ou se retornará à primeira instância.

LOBISTA. A investigação suspeita que esse documento manuscrito foi produzido por um outro alvo da investigação, um lobista que tinha negócios com mineradores. A PF ainda apura por que o delegado tinha esse documento em seu celular.

Uma das hipóteses é que Teixeira recebeu o documento com o objetivo de investigar as informações contidas nele, mas não teria dado prosseguimento ao caso para blindar o grupo.

Pacheco é um dos cotados para assumir a vaga aberta com a aposentadoria de Barroso no STF e conta com o apoio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o quer na disputa do governo de Minas em 2026.

"O que me estranha é isso aparecer e ser vazado agora, veiculando o nome de diversas autoridades sem nenhum critério e lastro em prova. Sobre a tramitação e a razão de estar no Supremo, desconheço. Não tenho como afirmar", afirmou, em nota, o senador.

O preferido na disputa para o lugar de Barroso é o advogado-geral da União, Jorge Messias.

Lula já indicou a Alcolumbre a preferência por Messias. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Criminalidade obtém poderio financeiro e armas com uso de tecnologia

Rafael Vazquez De São Pau lo

As organizações criminosas no Brasil e na América Latina souberam se aproveitar das inovações tecnológicas das últimas décadas, financeiras e nas telecomunicações, para aumentar o poderio econômico e bélico. Isso vale tanto para o Comando Vermelho e outras facções do Rio de Janeiro quanto para o Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, e outros grupos que se fortaleceram na América Latina, segundo especialistas ouvidos pelo Valor. A diversificação de atividades para além do tráfico de drogas e a capacidade de infiltração em setores formais da economia também contribuíram para o status que alcançaram.

De acordo com o doutor em políticas públicas e mestre em ciências criminais Alberto Kopittke, a entrada bem-sucedida desses grupos no tráfico internacional de drogas, deixando de ser apenas vendedores de varejo doméstico, foi determinante para o crescimento do poder paralelo das organizações criminosas em outro momento, mas a capacidade de se aproveitar das inovações tecnológicas pensadas para elevar o dinamismo à economia formal as ajudou a dar o salto mais recente.

"Existe uma relação com essa questão de mundo financeiro mais desregulado, no qual é mais fácil fazer transações financeiras digitais com fintechs e com criptomoedas", Kopittke. "Não estou dizendo que vamos ter que acabar com as fintechs e outras inovações, mas é preciso levar em consideração o fato de que os grupos criminosos estão se fortalecendo com uso de ferramentas que estão demorando para ser reguladas", acrescenta o especialista, que foi assessor especial do Ministério da Justiça entre 2007 e 2008 e é autor do livro "Manual de segurança pública baseada em evidências", no qual apresenta análises detalhadas sobre políticas públicas que funcionaram e que não funcionaram no mundo.

No aspecto financeiro, conforme explica Kopittke, as inovações digitais, incluindo o Pix, permitem que organizações criminosas tenham sempre recursos em caixa para agilizar suas movimentações de produtos ilícitos e também a compra de armas e munição, fazendo com que os seus "soldados" estejam sempre bem armados para responder as investidas das forças policiais.

São milhões e milhões de dólares transitando e que viram poderio armamentista"

- Natália Pollachi

"Ganharam velocidade, capilaridade, porque recebem os recursos de qualquer lugar do território no mesmo dia. Estão sempre prontos", observa Kopittke, adicionando que também estão conseguindo lavar o dinheiro do crime com mais facilidade para reinvestir em setores formais da economia como postos de combustíveis, revendedoras de gás, empresas fornecedoras de internet e imóveis.

Há ainda, segundo o especialista, as inovações de telecomunicações da última década que possibilitam que os membros das facções estejam quase sempre bem conectados. "A facilidade de comunicação digital impulsionou o crime organizado globalmente, não foi só no Brasil", diz.

Bruno Paes Manso, autor de livros sobre diferentes aspectos do crime organizado no Brasil e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), lembra que a apropriação de tecnologias é uma característica constante de organizações criminosas, que se acostumaram a mudar o patamar de suas atuações ao se aproveitar dessas ferramentas.

"Há algumas tecnologias que se tornam divisores de água nos negócios. Isso em todas as atividades. No crime não é diferente", comenta Paes Manso. "Em 1999, com o surgimento e popularização dos celulares, os presídios deixaram de ser lugares onde se isolava uma pessoa presa e viraram escritórios em que os presos começaram a fazer "networking" ligando para outras cadeias, para outras celas, ligando para outros Estados e até outros países. Os chefes passaram a fazer os negócios de suas organizações crescerem mesmo estando dentro dos presídios. Para o PCC foi uma mudança de patamar."

Paes Manso também menciona o surgimento das criptomoedas, no fim dos anos 2000, como outro ponto de virada que ajudou organizações criminosas a se internacionalizarem. "A criptomoeda permitiu que, em vez de usar dinheiro e se ver obrigado a sacar milhões de dólares para completar uma transação em outro

país, pudesse fazer o mesmo levando um pendrive dentro do bolso. Inovações como essa e outras que vieram em meios de pagamento permitem que organizações criminosas alcancem patamares imparáveis", afirma.

"Todos os meios de pagamento passam a ser feitos de forma virtual com as fintechs se multiplicando e com uma dificuldade de controle e fiscalização imensa, o que possibilita que as facções passem a usar inclusive essas inovações para maquiar suas receitas", completa o pesquisador da USP.

Para a diretora de projetos do Instituto Sou da Paz, Natália Pollachi, esses elementos já eram observados por especialistas em segurança pública como fatores preponderantes para o fortalecimento financeiro e militar das organizações criminosas do continente há algum tempo. E, segundo ela, a Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto pelo Ministério Público de São Paulo em conjunto com a Polícia Federal, **Receita Federal** e Ministério da Fazenda para sufocar o PCC, expôs que a tese estava correta. "Já tínhamos essas suspeitas e agora está exposto, documentado. São milhões e milhões de dólares transitando e que viram poderio armamentista para as facções", diz a especialista em controle de armas, que no mês passado publicou, junto com o pesquisador Bruno Leangeani, no Journal of Illicit Economies and Development, um artigo que aponta relação direta entre ascensão de armas de estilo militar no Brasil e falhas regulatórias.

De acordo com Pollachi, o acesso a armamento pesado como fuzis no Brasil também foi facilitado por leis que estiveram vigentes durante o governo Jair Bolsonaro e flexibilizaram as regras que permitiram que os chamados CACs pudessem acessar calibres antes restritos a militares. Segundo ela, parte desse armamento também foi parar nas mãos de facções criminosas no Rio de Janeiro e outras cidades, o que dificulta que as polícias obtenham vitórias permanentes contra o crime organizado.

"É o acesso a esse tipo de armas que permite o domínio territorial prolongado e causa esse enfrentamento com as forças do Estado", completa Pollachi.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251030>

Haddad cobra Castro sobre medidas de combate às fraudes e ao contrabando

Bruna Lessa

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cobrou, nesta quarta-feira, ajuda do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), no combate às fraudes e ao contrabando de combustíveis, que, segundo ele, "irrigam o crime organizado" e sustentam financeiramente as milícias.

A cobrança ocorre um dia após a operação policial mais letal da história do Rio, que deixou mais de 100 mortos, incluindo quatro agentes de segurança, nos complexos do Alemão e da Penha, na Zona Norte da capital. A ação, que visava a prisão de integrantes do Comando Vermelho (CV), transformou a cidade em um cenário de guerra,

com drones lançando explosivos, ônibus incendiados e o bloqueio de mais de 200 linhas em toda a Região Metropolitana.

Em meio à crise de segurança no estado, Haddad defendeu que o combate ao crime vá além das incursões armadas e deve atingir as estruturas financeiras que alimentam as organizações criminosas.

"Estamos atuando forte no Rio de Janeiro contra o crime organizado, na minha opinião da maneira mais eficaz, que é a questão dos combustíveis. Eu penso que o governador (Cláudio Castro) deveria acordar para esse problema que é crônico no Rio de Janeiro e nos ajudar, ajudar aqui a **Receita Federal** a combater o andar de cima. O governo do estado do Rio não tem feito praticamente nada em relação ao trabalho de combustível, que é como você irriga o crime organiza-

do", afirmou o ministro.

Haddad citou ações recentes da **Receita Federal**, que resultaram na apreensão de quatro navios usados em esquemas fraudulentos, e mencionou uma "guerra jurídica" em torno da libe-

ração das cargas. As declarações fazem referência a operações como "Carbono Oculto" e "Cadeia de Carbono", que investigam o envolvimento de facções criminosas e milícias no setor de combustíveis.

Diante do agravamento da crise no Rio, Haddad reforçou a importância da PEC da Segurança Pública, que propõe maior integração entre União, estados e órgãos de fiscalização

e investigação - como **Receita Federal**, Polícia Federal e Ministérios Públicos - no enfrentamento do crime organizado.

"Por isso que é tão importante a PEC da Segurança Pública. Ela impõe a todos, governadores, presidente da República, Receita, PF, Ministério Público Estadual e Federal, uma integração. Assim nós vamos conseguir combater o crime organizado", afirmou.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3282#book>

Projeto prevê atualização de valor de imóveis

O projeto sob relatoria do deputado Juscelino Filho institui o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp), permitindo a atualização do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita por pessoas físicas, bem como a regularização de bens ou direitos de origem lícita não declarados ou declarados com omissão ou incorreção por pessoas físicas ou jurídicas.

O projeto estabelece duas modalidades: a atualização patrimonial, com alíquota de 3% sobre o ganho de capital para

pessoas físicas, e a regularização de bens e direitos, com alíquota de 15% mais multa de 15% sobre o imposto apurado. Prevê ainda a extinção da punibilidade de crimes tributários mediante o cumprimento das condições do regime.

A adesão ao Rearp poderá ser feita no prazo de 90 dias a partir da eventual aprovação da lei, e o pagamento dos **tributos** e da multa prevista no programa poderá ser feito em até 24 vezes. O valor dos bens adquiridos poderá ser atualizado até 31 de dezembro de 2024.

P.O./BRASÍLIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entenda como o imposto do tabaco pode financiar o cuidado em câncer de pulmão

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por AstraZeneca

O câncer de pulmão é hoje o tumor mais letal no País¹. A realidade ainda é de diagnósticos tardios e dificuldades de acesso ao cuidado adequado: cerca de 85% dos casos são descobertos já em estágios avançados², com taxa de sobrevida global de apenas 5,2% em cinco anos³. Por outro lado, quando identificado precocemente, a sobrevida chega a 57,4% em cinco anos e até 92% no estágio IA1, ou seja, no estágio mais inicial da doença.

Na contramão desses altos números, o sistema público enfrenta problemas de financiamento e organização da linha de cuidado.

Um estudo da FGVsaúde, no âmbito da iniciativa internacional PHSSR (Parceria para Sistemas de Saúde Sustentáveis e Resilientes), propõe resolver duas questões com a mesma ferramenta: usar parte da arrecadação de **impostos** sobre produtos derivados do tabaco para fortalecer políticas de prevenção, ampliar a detecção precoce e melhorar o acesso ao tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), com regras claras de governança e transparência. A ideia é atualizar periodicamente a carga tributária e vincular, de forma parcial e criteriosa, recursos à saúde. "A proposta busca alinhar a tributação de produtos nocivos à saúde com o financiamento direto de programas de prevenção e cuidado. Essa coerência entre instrumento e objetivo não é apenas viável, mas essencial para fortalecer o SUS e reduzir as desigualdades no acesso ao diagnóstico e tratamento do câncer de pulmão no País", explica Ana Maria Malik, pesquisadora da FGVsaúde e coordenadora do estudo.

Como funciona

O relatório foi construído a partir de análise documental, 15 entrevistas com especialistas e um workshop com representantes do poder público e da sociedade civil. A partir desse processo, foram definidas três frentes de ação prioritárias: promoção da saúde e prevenção do tabagismo e nicotismo, organização da linha de cuidado em câncer de pulmão; e governança e financiamento.

Na prática, isso significa melhorar a coordenação

nacional das ações de saúde, com uma atuação mais integrada entre União, Estados e municípios. A proposta também prevê organizar melhor os caminhos do paciente dentro do sistema, garantindo que ele seja encaminhado corretamente entre os níveis de atendimento.

Além disso, sugere atualizar valores de pagamento de alguns procedimentos e criar mecanismos de transparência, como painéis públicos que permitam acompanhar para onde vai o dinheiro arrecadado com o Imposto Seletivo.

Outra medida é a criação de fundos estaduais de saúde e o combate ao mercado ilegal, para evitar perda de arrecadação.

A AstraZeneca, apoiadora do projeto no âmbito da PHSSR, reforça a importância do estudo.

"Vincular parte da arrecadação à saúde permitiria financiar continuamente ações de cessação do tabagismo, rastreamento com tomografia de baixa dose e acesso ao tratamento, com governança e transparência", afirma Marília Gusmão, diretora executiva de Relações Corporativas da empresa.

A importância de dar visibilidade ao problema

Estudos reforçam que o rastreamento de câncer de pulmão em populações de alto risco reduz a mortalidade em cerca de 20% e, quando combinado a programas de cessação do tabagismo, esse impacto pode chegar a 38%. O relatório também destaca a necessidade de reconhecer a importância dos cuidados paliativos, com equipes capacitadas e integração efetiva entre os níveis de atenção.

Outra proposta é permitir formas mais flexíveis de destinar parte da arrecadação à saúde, sem engessar o orçamento.

"Ganha destaque a adoção de modelos de vinculação parcial da arrecadação, que fortalecem programas de saúde pública sem comprometer a flexibilidade fiscal, explica Malik.

Por trás da engenharia econômica, há um ponto central de saúde pública: tributar mais reduz consumo e gera receita.

Para a AstraZeneca, trata-se de uma agenda de colaboração e sustentabilidade. "Apoiamos soluções que promovam equidade e acesso, com base em evidências e parcerias que fortaleçam o SUS.

É preciso tornar o sistema mais resiliente, ampliando a detecção precoce e reduzindo desigualdades regionais", completa Marília.

No fim, a mensagem é direta: vincular parte do que se arrecada de um produto que adoece a políticas que previnem, detectam cedo e tratam melhor a doença é uma escolha de racionalidade sanitária.

Para o paciente, o que importa é chegar antes - com porta de entrada organizada, rastreio indicado e linha de cuidado funcionando. Para o gestor, é dar previsibilidade a um fluxo que hoje é impactado pela intermitência de recursos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Motiva prevê anunciar venda de aeroportos ainda em 2025

Taís Hirata

A Motiva (ex-CCR) prevê comunicar a venda de sua divisão de aeroportos ainda em 2025, segundo o presidente do grupo, Miguel Setas. "A expectativa de ter um anúncio até o final do ano está preservada", disse ele, ao Valor.

A operação faz parte da estratégia do grupo de focar nas divisões de rodovias e trilhos, e deve ter impacto direto na redução do endividamento. A empresa terminou setembro com alavancagem financeira de 3,6 vezes a dívida líquida pelo Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado -, acima do "teto" de 3,5 vezes previsto na política financeira.

O indicador já vem em queda. No terceiro trimestre, houve redução ante o período anterior, quando o índice ficou em 3,7 vezes. Mas o nível ainda está acima das 3,1 vezes registradas há um ano.

"Esse indicador obviamente vai depender muito da transação de aeroportos, talvez seja o elemento que pode trazer impacto maior na alavancagem. A transação tem desde logo a possibilidade de per-

mitir a desalavancagem, em particular da dívida na "holding". É um elemento estrutural da nossa dívida em 2026", afirmou Setas.

A venda do braço de aeroportos da Motiva teve início oficialmente em março. No início de outubro, a companhia comunicou o mercado sobre o início da fase de propostas vinculantes de potenciais compradores. Segundo o Valor antecipou, ao menos quatro grupos seguiam na disputa: a Aena, as mexicanas Asur e GAP e a Corporación América (controladora da Inframérica no Brasil). Questionado sobre a operação, Setas não comentou.

Independentemente da venda dos ativos, o presidente diz que a Motiva deve voltar neste ano aos limites de sua política financeira - que prevê alavancagem entre 2,5 vezes e 3,5 vezes. A previsão é chegar ao fim do ano em patamar próximo a 3,5 vezes.

Além disso, com o avanço das receitas das concessões mais novas - Sorocabana, em São Paulo, e PR Vias, no Paraná - e otimizações da companhia,

ele prevê que em 2026 o indicador ficará dentro da política.

No terceiro trimestre, o lucro líquido da companhia saltou

191,8%, na comparação anual, para R\$ 1,23 bilhões. Mesmo sem considerar efeitos não recorrentes, o lucro ajustado ainda avançou 22%. O Ebitda aumentou 79,1% no período, para R\$ 3,4 bilhões, e a dívida líquida atingiu R\$ 32,7 bilhões, valor 27% maior do que no mesmo período do ano passado.

O executivo afirma que a empresa segue estudando novos projetos de forma seletiva, que sejam rentáveis e sinérgicos com o portfólio. Na última semana, o grupo apresentou proposta no leilão do Lote 4 de rodovias do Paraná, com R\$ 10,8 bilhões de obras previstas, mas a EPR venceu a disputa. Nesta semana, a Motiva não apresentou oferta na licitação do Lote 5.

"O Lote 5 é um ativo que não é tão sinérgico como era o Lote 4", disse Setas. "É óbvio que há leilões nos próximos meses sendo anali-

sados. Nenhuma decisão foi tomada, mas estamos analisando em particular a [nova licitação da] Renovias, que será em fevereiro de 2026. É uma rodovia do nosso portfólio [que chegará ao fim e será novamente leiloadas]."

Ao ser questionado sobre o impacto da agenda eleitoral nas licitações, o executivo disse que o amadurecimento do setor facilita a agenda. "Vejo hoje em rodovias a mesma coisa que vi no setor elétrico", disse. Além disso, o executivo pondera que, uma vez encerrado o ciclo de licitações, há expectativa de o mercado secundário voltar a se aquecer. "Neste momento, estamos na fase de atrair novos atores, alguns são de longo prazo, alguns não. Em alguns anos talvez não haja tantas oportunidades no mercado primário, mas pode ser que apareçam no secundário."

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188383>

Dois dias após liberação parcial, Justiça volta a interditar a Refit

LUCAS ALTINO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) voltou a suspender ontem as atividades da Refit, nome comercial da Refinaria de Manguinhos. A decisão derrubou a retomada parcial do funcionamento, que havia sido autorizada dois dias antes pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). A interdição ocorreu em setembro, no contexto da Operação Cadeia de Carbono, que mirou fraudes fiscais, lavagem de dinheiro e adulteração no mercado de combustíveis. A Refit nega irregularidades.

A nova paralisação foi determinada pelo ministro Herman Benjamin, presidente do STJ, como informou o jornalista Octavio Guedes, da GloboNews e gl. Ele atendeu a um recurso apresentado na véspera pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O processo corre em sigilo na Justiça.

No pedido, o órgão vinculado ao governo Lula sustentou que a liberação das atividades da Refit representava risco de grave lesão à economia e à ordem pública, uma vez que a decisão do TJ-RJ permitiria o esvaziamento da autoridade do Executivo sobre o caso. A interdição havia sido determinada pela **Receita Federal** e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), após fiscalização apontar indícios de sonegação fiscal e inconsistências nas operações da empresa.

A retomada parcial das atividades havia sido permitida em caráter liminar, na segunda-feira, pelo desembargador Guaraci de Campos Vianna, da 6ª Câmara de Direito Privado do TJ-RJ. No entendimento do magistrado, a medida buscou preservar empregos, resguardar a atividade econômica e proteger interesses de credores.

O Instituto Combustível Legal (ICL), que reúne representantes do setor, também encaminhou ofício à ANP e ao Ministério Público Federal (MPF) no qual pedia a revisão urgente da decisão. O ICL sustentou que a medida violaria uma resolução da agência reguladora que condiciona a formulação de combustíveis à existência de uma operação de refino em curso.

Segundo o documento, permitir que a Refit atue só na formulação e comercialização, sem comprovar a

retomada do refino, criaria precedente perigoso, distorceria o ambiente competitivo e geraria insegurança regulatória. O instituto frisou que pareceres técnicos da própria ANP indicaram que ainda não há comprovada viabilidade técnica e econômica das torres de refino.

CADEIA DE CARBONO

A Operação Cadeia de Carbono, desencadeada em 19 de setembro, foi um desdobramento da investigação Carbono Oculto, que identificou a infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC), maior facção do país, no setor de combustíveis. Na ocasião, a **Receita Federal** apreendeu dois navios que transportavam combustível com destino a Manguinhos. A suspeita é que postos de gasolina controlados pelo grupo criminoso estivessem sendo abastecidos com produtos da Refit.

De acordo com o Fisco, a empresa, controlada pelo Grupo Magro, também seria uma "sonegadora contumaz" e deixou de recolher mais de 80% dos **tributos** federais e estaduais devidos entre 2022 e 2024. A Receita afirma ainda que a Refit declarou falsamente transportar matéria-prima, quando na verdade levava gasolina pronta, com o objetivo de pagar menos **impostos**.

Procurada ontem, a Refit não se manifestou. Na véspera, por nota -e como já havia feito após a Cadeia de Carbono -, a empresa criticou a atuação da ANP e da Receita, afirmando que a interdição baseou-se em "contradições e inconsistências". A refinaria sustenta que laudos independentes apontaram que o produto apreendido seria óleo de petróleo, e não gasolina automotiva, como indicou a agência.

A empresa argumentou, por fim, que tem colaborado com as autoridades e que denuncia postos ligados ao crime organizado. A PGFN também não comentou o caso.

**

Metanol: notificações descartadas avançam em relação às confirmadas

O Ministério da Saúde voltou a atualizar ontem o número de notificações de intoxicação por metanol

após o consumo de bebidas alcoólicas. A crise teve início há pouco mais de um mês, quando os primeiros casos foram detectados em São Paulo.

Os dados mostram um avanço nas notificações descartadas diante das confirmadas. Segundo a pasta, 662 casos já foram desconsiderados, contra 59 confirmações e 44 apurações em curso.

São 15 mortes confirmadas em decorrência do contato com a substância tóxica. Nove aconteceram em São Paulo, epicentro das contaminações, além três no Paraná e três em Pernambuco.

Nove mortes seguem em investigação: três em Pernambuco, dois no Paraná, um em Minas Gerais, um em Mato Grosso do Sul e dois em São Paulo. Outras 35 notificações de morte supostamente por metanol foram descartadas.

As autoridades ainda investigam as causas da onda de intoxicações. A principal hipótese é que combustível adulterado com metanol tenha sido usado na produção de bebidas falsificadas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fed corta juros, mas indica que ciclo de reduções pode ser interrompido

WASHINGTON

O Federal Reserve (o banco central americano) cortou, ontem, as taxas de juros em 0,25 ponto percentual pela segunda reunião consecutiva, estabelecendo um intervalo entre 3,75% e 4%. Em entrevista coletiva após o anúncio da redução, o presidente do Fed, Jerome Powell, disse que "talvez este seja o momento em que deveríamos esperar pelo menos um ciclo" antes de considerar novos cortes.

A decisão, tomada sem que o Fed tivesse dados atualizados e claros sobre o desempenho da economia devido à paralisação (shutdown) do governo, que já dura um mês por causa do impasse no Congresso sobre o orçamento federal, era esperada pelo mercado. Este também apostava na continuidade das reduções, o que agora se torna incerto.

Segundo economistas, a redução visa aquecer o mercado de trabalho, que mostrava sinais de desaceleração antes do shutdown. Conforme o **comunicado** do Fed, os riscos para o emprego "aumentaram nos últimos meses". "Não estou dizendo que não ajustaremos os juros em dezembro, mas não podemos prever tal decisão", afirmou Powell.

A redução dos juros ocorre enquanto o Fed enfrenta forte pressão política do presidente dos EUA, Donald Trump, que demanda cortes mais significativos. Ele já ameaçou demitir Powell, cujo mandato se estende até maio de 2026. Ontem, Trump reiterou que o chefe do Fed sempre "chega tarde demais".

As pressões de Trump e o cenário econômico incerto têm intensificado as divergências dentro do Comitê Federal do Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês), equivalente ao Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) brasileiro.

Ontem, Powell mencionou que a persistente pressão inflacionária e o enfraquecimento do mercado de trabalho geraram tensão e discordância entre os 19 membros do FOMC sobre as ações em relação às taxas de juros nos próximos meses.

"Nesta reunião, houve opiniões bastante divergentes sobre como proceder. Uma nova redução da taxa básica de juros na reunião de dezembro não é uma conclusão inevitável. Longe disso. A política monetária

não segue um curso predefinido", disse Powell. "E a conclusão disso é que ainda não tomamos uma decisão sobre dezembro."

Os mercados financeiros, em geral, esperavam outra redução da taxa de juros em dezembro, e os preços das ações caíram após os comentários de Powell, com o índice S P 500 permanecendo estável e o Dow Jones registrando uma queda de 0,16%.

No Brasil, o corte foi bem recebido, e o Ibovespa atingiu seu 18o recorde no ano, com alta de 0,82% aos 148.632 pontos.

"Powell moderou as expectativas sobre a ideia de que o Fed estava no piloto automático para um corte em dezembro", disse Gennadiy Goldberg, chefe de estratégia de taxas de juros nos EUA da TD Securities. "Em vez disso, eles terão que aguardar os dados econômicos para confirmar se um corte de juros é realmente necessário."

Após manter as taxas de juros estáveis desde janeiro para avaliar o impacto das políticas comerciais e de imigração de Trump, o Fed reduziu as taxas em setembro e sinalizou cautelosamente que novos cortes poderiam ocorrer, mesmo com a **inflação** persistentemente alta. O índice anualizado fechou setembro em 3% - a meta perseguida pelo Fed é de 2%.

Contudo, os dirigentes do Fed estão cada vez mais preocupados com a situação do mercado de trabalho. Grandes empresas, como Amazon e UPS, estão entre as que anunciaram demissões em massa nesta semana, e a paralisação do governo continua a afetar o mercado de trabalho, com efeitos em cascata para as empresas contratadas para executar serviços públicos.

Dois membros do Fed discordaram da decisão de ontem, mas por razões diferentes: Stephen Miran, conselheiro econômico de Trump que ingressou no conselho do Fed no mês passado, defendia um corte maior; o presidente do Fed de Kansas City, Jeffrey Schmid, preferia que as taxas não fossem alteradas.

O futuro das taxas de juros permanece incerto. Os mercados antecipam um terceiro corte em dezembro e uma alta probabilidade de mais um corte em janeiro,

mas os dirigentes do Fed podem optar por uma abordagem mais cautelosa, diante de uma economia que apresenta sinais de estagflação moderada.

A ata da reunião de setembro sugere que os membros do Fed estão cada vez mais divididos sobre como proceder: alguns questionaram a necessidade de um corte na taxa de juros na última reunião e poderiam ter apoiado a manutenção das taxas estáveis. Um deles defendeu uma série de cortes acentuados.

Quanto mais tempo durar a paralisação, mais desafiador será o trabalho do Fed, com um risco crescente de avaliar mal uma economia que apresenta sinais contraditórios. O banco central americano poderá operar sem dados oficiais sobre emprego, **inflação** e crescimento quando se reunir pela última vez este ano, em dezembro. Isso pode deixar Powell e o Fed com a delicada tarefa de depender mais de dados do setor privado, bem como de relatórios dos 12 bancos regionais do Fed que mantêm contatos em todo o país para ajudar a determinar a saúde da economia. WP, AP, ALINE BRONZATI/
CORRESPONDENTE EM NY E LAÍS ADRIANA/SÃO PAULO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Santander lucra mais e eleva rentabilidade

Álvaro Campos e Laís Godinho De São Paulo

O Santander Brasil divulgou um lucro acima do esperado no terceiro trimestre, com a carteira de crédito voltando a crescer após dois trimestres de queda. Ainda assim, o resultado foi impulsionado por uma baixa alíquota efetiva de impostos, e a margem com o mercado pesou novamente. Com o banco ainda focado em ganho de eficiência, analistas começam a questionar qual será o apetite para ampliar a carteira em 2026.

O Santander teve lucro de R\$ 4,009 bilhões no terceiro trimestre, o que representa alta de 9,6% na comparação com o segundo trimestre e 9,4% ante o mesmo período do ano anterior. O resultado veio acima das projeções dos analistas consultados pelo Valor, que apontavam um ganho de R\$ 3,684 bilhões. O resultado foi ajudado por uma alíquota efetiva de impostos muito baixa. Se a taxa nominal é de 45% (IR + CSLL), o Citi calcula que o Santander pagou apenas 6% no trimestre.

O banco contabilizou margem financeira bruta de R\$ 15,208 bilhões, com queda de 1,2% ante o trimestre anterior e 0,1% em relação ao terceiro trimestre de 2024. A margem com clientes foi de R\$ 16,556 bilhões, com altas de 2,7% e 11,1%, na mesma base de comparação. Dentro dessa linha, a margem com produtos subiu 1,9% e 10,5%, a R\$ 15,753 bilhões. O spread foi de 10,85%, ante 10,75% e 9,89%, respectivamente.

Segundo o banco, a margem com clientes foi beneficiada tanto pela margem de captações, impulsionada pela taxa de juros mais elevada, quanto pela margem de crédito com maiores spreads, enquanto o volume médio permaneceu estável. Já a margem com o mercado ficou negativa em R\$ 1,348 bilhão, 84,5% pior do que a margem também negativa do segundo trimestre, e revertendo resultado positivo de R\$ 325 milhões no terceiro trimestre do ano passado.

O retorno sobre o patrimônio (ROE) ficou em 17,5% no terceiro trimestre, ante 16,4% no segundo e 17,0% um ano antes. O CEO do banco, Mario Leão, voltou a falar do objetivo de atingir mais adiante uma rentabilidade em torno de 20%. "Reitero o nosso foco de atingir a rentabilidade no patamar de 20% no médio prazo, que fica cada vez mais próximo."

Analistas consideraram o balanço do Santander como

"decente", embora com alguns sinais mistos. O Citi apontou que a margem com clientes mantém ritmo de expansão anual de dois dígitos. "No geral, vemos o apetite por risco do Santander ainda cauteloso, apesar da aceleração marginal no segmento de PMEs". Já o Itaú BBA ressaltou a alíquota efetiva de impostos muito baixa e a margem com o mercado, que segundo Alejo deve continuar negativa no quarto trimestre. "Os resultados mostraram que o negócio de crédito está indo bem, mas muitos outros fatores estão afetando [o balanço]."

O Santander encerrou setembro com R\$ 550,261 bilhões na carteira de crédito. O saldo avançou 2,0% ao longo do terceiro trimestre e cresceu 2,7% em um ano. A carteira de pessoas físicas aumentou 0,1% e 0,7%, para R\$ 249,025 bilhões. Já o portfólio de grandes empresas ficou em R\$ 130,553 bilhões, com avanços de 4,8% e 2,4% em 12 meses. Em pequenas e médias empresas, houve crescimento de 3,6% e 13,0%, a R\$ 81,675 bilhões.

Leão disse que, após a expansão mais fraca da carteira neste ano, o banco vai crescer em 2026 nos portfólios em que deseja, mas reduzir em outros. Ainda assim, deixou claro que, direcionalmente, o crédito não vai ficar estagnado. "Vamos buscar, sim, crescer receita, não estamos desenhando um portfólio que fica estagnado", comentou.

Ele admitiu que o banco tem adotado uma postura mais conservadora que o restante do mercado nos últimos 12 meses, e a expectativa é continuar nessa mesma linha, diante do cenário macroeconômico mais desafiador. "Não buscamos crescimento linear em todos os portfólios. Estamos crescendo mais em alguns negócios e reduzindo em outros, e essa gestão tem sido constante."

Ele ressaltou que a lógica do banco para os próximos anos é "abrir a mandíbula", ou seja, ampliar as receitas (com foco em receitas de tarifa, mais do que de crédito) e diminuir despesas, aprimorando a alavancagem operacional. "A composição pode ser um pouco diferente do que tivemos este ano? Pode ser, mas não materialmente."

O Santander encerrou o trimestre com inadimplência de 3,4%, ante 3,1% em junho e 3,2% em setembro do ano anterior. A taxa de calotes de pessoa física ficou em 4,2%, de 4,0% e 4,2%. No caso de pessoas jurídicas, o indicador estava em 2,1%, de 1,8% e 1,7%. O vice-presidente financeiro, Gustavo Alejo,

lembrou que o banco antecipou um volume grande de créditos baixados a prejuízo no segundo trimestre, mas que a inadimplência de curto prazo tem melhorado, especialmente em PF. "Todas as "safras" estão performando bem, onde vemos um pouco de preocupação é em pequenas empresas."

Sobre grandes empresas que têm enfrentado problema, como Ambipar, onde tem uma exposição de quase R\$ 660 milhões, Leão não entrou em detalhes, mas disse que o banco tem acompanhado a situação de perto de perto e feito as provisões conforme exigido pelas regras. Ele explicou que o cenário de juros elevados por muito tempo gera desafios para as empresas, especialmente as mais alavancadas. "Vemos deterioração marginal em alguns portfólios, mas daí a chamar isso de uma "crise de crédito" seria um exagero".

Para 2026, Leão comentou que todo ano eleitoral pode trazer volatilidade, mas que a queda da Selic pode ajudar. "Ninguém está imune ao cenário macro."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251030>

Gasto tributário quintuplica e representa 25% da arrecadação

Marta Watanabe De São Paulo

O volume de gastos tributários do governo federal mais do que quintuplicou no últimos 20 anos, em valores reais, e deve atingir R\$ 587,4 bilhões em 2025. O volume equivale a 4,6% do **PIB** brasileiro ou a 25% da arrecadação federal e é maior que o déficit previdenciário ou que outras despesas da União, como pessoal e encargos sociais, segundo dados levantados pelo economista Bruno Carazza, professor associado da Fundação Dom Cabral (FDC).

Os gastos tributários, explica, são políticas públicas que o governo oferece abrindo mão da arrecadação e abrangem isenções, alíquotas diferenciadas, regimes especiais e outra desonerações. Entre os maiores gastos tributários empresariais, aponta, estão o Simples Nacional, a desoneração da cesta básica e a Zona Franca de Manaus.

Carazza defende um debate amplo sobre os gastos tributários, para avaliar a necessidade de aplicação dos recursos. O tema foi discutido em evento promovido ontem pelo Imagine Brasil em São Paulo.

[Políticas industriais] que têm sucesso dão incentivo e cobram contrapartida"

- Bruno Carazza

Com base nos dados da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirb), diz Carazza, é possível identificar algumas incoerências nos programas de estímulo federais. Ele cita o conjunto de políticas de incentivo tributário que a União concede à inovação - o que inclui desde a Lei do Bem e de Informática até o Padis, de semicondutores.

Com base na Dirb, o economista identificou as 50 maiores empresas beneficiadas pelas políticas de inovação. Dentre elas, diz, 12 são bancos ou fintechs. "Não é uma crítica ao sistema bancário. A crítica é ao desenho de uma política de incentivo", diz. "Será que os bancos e as fintechs brasileiras não teriam feito o investimento necessário pelo processo do pix, da bancarização ou da digitalização dos serviços? Será que o processo não aconteceria pela concorrência do mercado?" A ideia, diz, não é fazer uma "condenação", mas apontar a necessidade de se discutir os

benefícios. "Quais são os retornos para a sociedade, para além dos retornos para as próprias empresas e para o setor financeiro?"

Carazza também analisou total de R\$ 66 bilhões em incentivos declarados por empresas instaladas na Zona Franca de Manaus. Desse total, aponta, R\$ 15,9 bilhões em incentivos tributários são para a indústria de motocicletas, seguida por R\$ 14 bilhões para a fabricação de televisores. Há também equipamentos de informática, aparelhos de ar-condicionado, componentes eletrônicos, nota. "Não tem praticamente nada relacionado à bioeconomia, às vocações naturais da região amazônica, com conexão a uma política de sustentabilidade. Não estou defendendo acabar com o incentivo para a região amazônica. É preciso repensá-lo para que seja voltado para a vocação imensa que a Amazônia tem."

Ele lembra que estudo feito no âmbito do Imagine Brasil analisou 73 programas de estímulo federais vigentes atualmente. Desse conjunto, diz, 48 nem sequer têm órgão governamental responsável para avaliar quem está fazendo jus ao benefício. "Simplesmente se concede e não se acompanha." O estudo mostra ainda que entre os 73 programas, 45 foram estabelecidos sem prazo determinado. Dos 28 programas com prazo, 21 foram estendidos. Alguns deles, várias vezes, diz. "É o mesmo que não ter prazo, porque há sempre prorrogação. E a maior parte desses programas não tem nenhuma exigência, a não ser alguma regularidade fiscal, para que as empresas mantenham o benefício. Não há prazo, meta ou contrapartida."

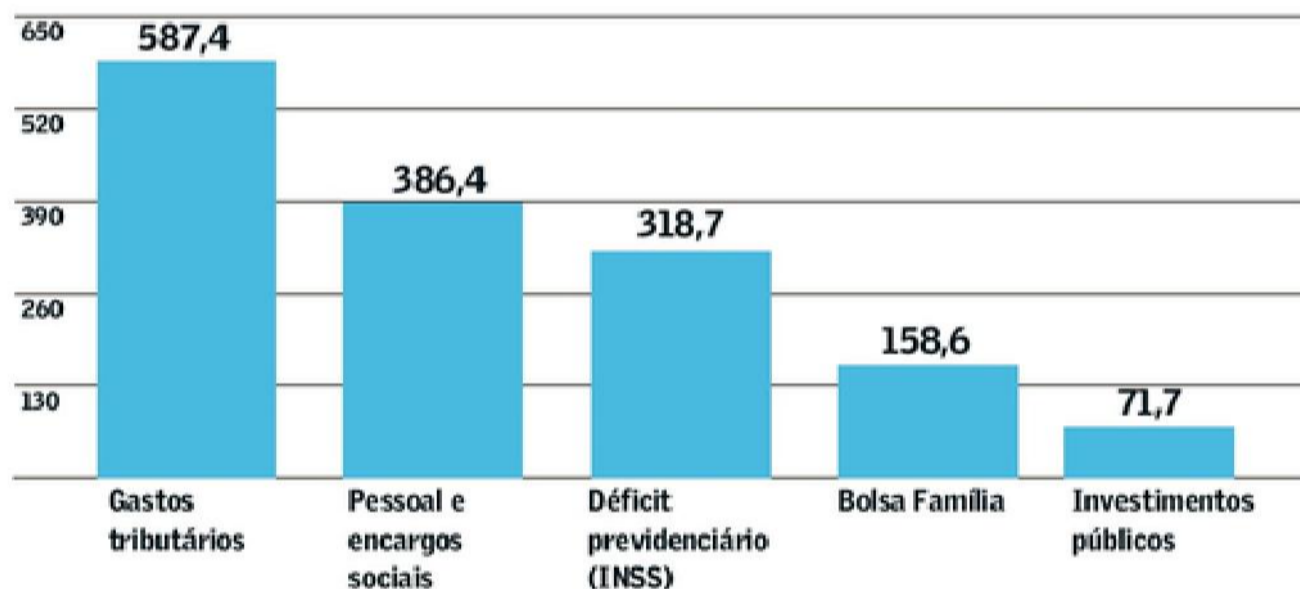
O economista ressalta ainda que dos 73 programas analisados, 60 foram instituídos por medida provisória. Isso, diz, significa que eles não são suficientemente debatidos com a sociedade e são aprovados "num rito bastante rápido de discussão no Congresso, extremamente fértil para lobbies, com pouca transparência". "A criação já começa problemática", avalia.

Carazza diz não ser contra as políticas industriais. "Mas as que têm sucesso dão incentivo e cobram contrapartidas, estabelecem meta e acabam com o benefício quando ele não dá o resultado. Isso não é o que acontece no Brasil."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251030>

O tamanho do gasto tributário da União

Comparação com algumas despesas, em 2025 - R\$ bilhão



Fonte: Bruno Carazza, com dados do Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias (4º bimestre de 2025)

O cuidado que a redução dos juros requer (Artigo)

Por José Júlio Senna

José Júlio Senna é chefe do Centro de Estudos Monetários do FGVIBRE, consultor associado da 4intelligence e autor do livro "Política Monetária - Ideias, Experiências e Evolução" (Editora FGV, 2010).

Não há dúvida de que os juros de política monetária atualmente praticados pelo Banco Central (BC) são elevados. Inevitavelmente, isso faz com que muitos se perguntem a partir de que momento o Banco Central poderá dar início a um ciclo de queda dos juros. Identificar esse momento, porém, envolve algo mais amplo, relacionado com a maneira de conduzir a política monetária. Nesse sentido, um pouco da experiência internacional pode ser útil.

Nas décadas imediatamente seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial, quando se consolidou o padrão fiduciário, apenas dois países tiveram nítido sucesso em manter baixas e estáveis as taxas de inflação: Alemanha e Suíça. Tais países adotaram um regime conhecido por metas monetárias, viável apenas a partir de 1974, quando as taxas de câmbio começaram a flutuar, no mundo desenvolvido.

Ambos basearam suas estratégias na ideia (na época, bem disseminada) de que a inflação era um fenômeno monetário. Na Alemanha, em particular, o Banco Central (Bundesbank) partia de uma inflação desejada para o ano seguinte, com base na qual estimava a taxa de crescimento monetário compatível com o cumprimento desse objetivo.

O câmbio flutuante permitia o controle da moeda, uma impossibilidade prática no regime cambial anterior, devido aos pesados influxos dos capitais internacionais. A inflação a ser perseguida em 1975 foi definida em 4,5%, gradualmente reduzida, nos anos seguintes, até chegar à faixa de 1,5-2% ao ano.

As taxas de crescimento monetário compatíveis com as almejadas metas de inflação serviam como metas intermediárias. Desconsiderados os anos em que o mundo todo sofreu com os choques do petróleo, na década de 1970, e os anos iniciais da reunificação do país, a inflação ficou sob controle. Entre 1983 e 1990, a média anual de crescimento dos preços foi de 1,8% e, de 1994 até a criação do euro, ficou em apenas 1,6%.

No começo dos anos 90, quando alguns países decidiram adotar o regime de metas de inflação, a exitosa experiência alemã lhes serviu de inspiração. Procuraram ser transparentes e flexíveis, exatamente como haviam feito os que os precederam com sucesso. De fato, os alemães cedo perceberam a importância da boa comunicação com público e de conduzir a política monetária sem rigor excessivo.

Houve muito ceticismo nos anos iniciais do "inflation targeting". Será que, pela manipulação de um único instrumento (a taxa básica de juros), os bancos centrais conseguirão realmente atingir objetivos numéricos de crescimento dos preços, um ano e meio ou dois adiante?

De início não se pensou em metas intermediárias. Em busca de alguma referência para conduzir a política monetária, alguns países recorreram ao que chamaram de "variáveis de informação". Construíram índices de condições monetárias, correspondentes a combinações ponderadas de juros e câmbio, que supostamente ajudariam a prever o caminho da inflação. Tal prática, porém, logo foi desconsiderada.

Em 1994, Mervyn King, mais tarde presidente do Banco da Inglaterra, afirmou que "o uso de inflation target não significa ausência de alvo intermediário", acrescentando que "a taxa esperada de inflação em algum período futuro desempenha esse papel". Dada a tradicional defasagem com que opera a política monetária, "na prática, fazemos uso de um horizonte de projeção de dois anos".

Em 1997, o sueco Lars Svensson deu especial ênfase ao papel das projeções de inflação. Para ele, tal variável facilita tanto a implementação quanto o monitoramento da política monetária. Em suas próprias palavras, "o inflation forecast constitui o alvo intermediário ideal". Por três motivos. Primeiro, porque é a variável corrente mais bem correlacionada com a meta. Segundo, por ser mais facilmente controlável que a própria meta. Terceiro, porque as projeções podem ser continuamente observáveis, enquanto leva tempo para saber se a inflação realizada coincidiu ou não com a meta.

A conclusão de Svensson pode ser assim resumida: "meta de inflação implica meta de projeção da

inflação". O instrumento de política deve ser ajustado de modo que a projeção fique na meta. O peso que se dá à estabilização do produto determina a rapidez com que se ajusta a projeção à meta. Sendo assim, "o banco central deve ser responsabilizado por desvios da projeção com relação à meta, mas não pelos inevitáveis desvios da inflação realizada com relação à meta".

A questão fundamental da discussão sobre se o banco central deve usar a projeção oficial de inflação como meta intermediária é saber se a projeção abrange, ou não, o maior volume possível de informações relevantes para prever a inflação do futuro. Nesse particular, nenhuma outra variável supera a projeção de inflação calcada em modelos.

Com base no princípio de que mais informação é melhor do que menos, não é desejável confiar inteiramente num único alvo intermediário. Afinal, é sempre possível que alguma informação adicional relevante não esteja contemplada nos modelos de projeção. Por certo, é importante que o Banco Central evite passar a equivocada ideia de que o arcabouço teórico aqui discutido represente uma regra de política, a ser seguida mecanicamente. Ademais, é sempre imprescindível preservar a liberdade do BC para exercitar o seu próprio juízo, levando em conta o comportamento de curto prazo da produção e do emprego. Quanto maior a credibilidade já conquistada, menos custoso se torna fazer uso dessa flexibilidade.

Entre nós, ventos favoráveis recentes permitem estimar inflação na meta, no horizonte relevante, sob a hipótese de taxa Selic constante em 15%, como mostra exercício de simulação da 4intelligence. Possível melhora adicional do cenário viabilizará um corte de juros, cuja continuidade dependerá de a convergência persistir, sob juros mais baixos. Um lado fiscal bem-comportado ajudaria muito nesse sentido.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251030>

União arrecada R\$ 4,9 bi com Programa Desenrola

Guilherme Pimenta De Brasília

O governo federal arrecadou R\$ 4,9 bilhões com o Programa Desenrola das agências reguladoras, aberto excepcionalmente por dois meses no fim do ano passado com o oferecimento de descontos e parcelamento especiais. O programa, voltado à regularização de dívidas de empresas com autarquias e fundações públicas federais, será recriado a partir do próximo ano.

Segundo fontes do governo, o programa superou em R\$ 1 bilhão o esperado inicialmente. Do montante, R\$ 2,45 bilhões ingressaram nos cofres da União no ano passado. O restante será computado neste ano e nos próximos.

Centralizado na Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) responsável pela cobrança das dívidas com agências reguladoras, o programa será recriado a partir de 2026, no âmbito de um Programa de Transação Integral (PTI) ampliado, que será lançado no início do próximo ano, uma das apostas para o atingimento da meta de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado do Desenrola no ano passado, de acordo com fontes do governo, é um indicativo de que grandes empresas estão dispostas a negociar suas dívidas com a União. Recentemente, a AGU lançou um portal único que permitirá o pagamento de dívidas de até R\$ 136,7 bilhões de empresas e pessoas físicas com agências reguladoras e órgãos públicos.

Lideraram na negociação de dívidas, nesta ordem: o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Agência Nacional de Saúde (ANS), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Pelas empresas, as maiores transações, considerando o valor acordado (após descontos) foram: Votorantim Cimentos (R\$ 1,09 bilhão), Hapvida (R\$ 869 milhões), Aeroportos Brasil - Viracopos (R\$ 343 milhões), Gerdau (R\$ 256 milhões) e Samarco (R\$ 233 milhões). O programa foi criado no fim do ano passado para ajudar a compensar a renúncia fiscal com a

desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra.

No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) encaminhado ao Congresso Nacional em agosto, a equipe econômica incluiu uma estimativa de receita de R\$ 8 bilhões com a possibilidade de negociação de dívidas e multas não pagas a partir de 2026 - o que hoje é vedado. A regularização do programa também permitirá a concessão de descontos.

No Programa Desenrola do ano passado, as negociações permitiram descontos de 5% a 70%, a depender do perfil do devedor e do tempo de inscrição em dívida ativa. Os pagamentos foram realizados à vista ou parcelados em até 145 meses.

Até o fim do ano, o governo trabalha em um decreto que instituirá um balcão único de negociação com a União, sob o comando da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Fazenda. Dessa forma, a empresa interessada em aderir poderá incluir no pacote não só dívidas tributárias, como é permitido hoje pelo próprio PTI, mas também o passivo que tem junto às agências e autarquias.

Em nota, a Votorantim Cimentos afirma que quitou as dívidas junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica por meio do Desenrola, mas que "não reconheceu, em nenhum momento, a prática de qualquer ato ilícito ou a participação em qualquer conduta anticompetitiva".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251030>

Em meio a aperto, crédito segue em desaceleração

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

O ritmo de crescimento do saldo de crédito no sistema financeiro continuou em desaceleração em setembro. No acumulado de 12 meses, o crédito cresceu 10,1% contra 10,4% nos 12 meses encerrados em agosto, segundo estatísticas publicadas nesta quarta-feira pelo Banco Central (BC).

A trajetória recente do comportamento do crédito registra um pico do crescimento em fevereiro deste ano, quando estava em alta de 12,3% em 12 meses. Desde aquele momento, o ritmo vem diminuindo. Segundo o chefe-adjunto do departamento de estatísticas do BC, Renato Baldini, a modalidade de crédito livre tem puxado esse movimento.

"No crédito livre essa desaceleração é mais acentuada, e ela acontece de alguma forma nos dois segmentos, de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Uma primeira análise que se poderia fazer é que, de alguma forma, isso reflete a política monetária", disse Baldini em entrevista coletiva para detalhar os números.

A taxa básica de juros, a Selic, está em 15% ao ano, patamar considerado restritivo. Entre julho de 2024 e junho deste ano, o BC promoveu um forte ciclo de elevação da taxa básica, que no período passou de 10,5% para 15%. "O cenário segue sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho", disse o Comitê de Política Monetária (Copom) em sua última reunião.

O colegiado também apontou que deve manter o patamar por período "bastante prolongado". A próxima reunião está marcada para a semana que vem, e a expectativa do mercado é de manutenção do nível de juros.

Para Gustavo Trotta, sócio da Valor Investimentos, a desaceleração do crédito é decorrente justamente da política monetária conduzida pelo Copom, que reduz o apetite por empréstimos. No entanto, destacou, o patamar de 10% é considerado forte e demonstra resiliência da demanda por crédito. "Mesmo em ambiente de juros altos, a gente percebe essa demanda bem alta", diz.

Em relatório, o diretor de pesquisa econômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, diz que a expectativa é que o crédito enfrente movimentos que desacelerem esse crescimento, como condições monetárias mais apertadas e atividade econômica e dinâmica de mercado de trabalho mais moderados. Outros fatores criam um "colchão" que amortece essa desaceleração, como a atuação dos bancos públicos, segundo ele.

Nas modalidades de crédito para empresas, o desconto de duplicatas e recebíveis foi destaque, com alta de 8,9% entre agosto e setembro (variação do estoque de R\$ 176,6 bilhões para R\$ 192,3 bilhões). A modalidade tem um comportamento sazonal de concessões em níveis mais elevados no último mês de cada trimestre.

Entre as modalidades de crédito para pessoa física, houve destaque para as operações de crédito consignado para trabalhadores do setor privado. Neste caso, o saldo subiu 9,6% (de R\$ 54,2 bilhões para R\$ 59,4 bilhões) entre agosto e setembro, em continuidade de alta que vem sendo registrada desde o lançamento do Crédito ao Trabalhado pelo governo federal, no primeiro semestre.

Nesse cenário, a inadimplência ficou estável em 3,9% em setembro. O indicador tem sido impactado também por mudança nas regras de contabilização de provisões (espécie de colchão de segurança das instituições) que entraram em vigor no início de 2025. Segundo estudo do próprio Banco Central, 70% do aumento da inadimplência no primeiro semestre tem relação com essa nova regra.

Em dezembro do ano passado, a inadimplência estava em 3%. Trotta, da Valor Investimentos, destaca que a piora do indicador perdeu força recentemente, apesar de ainda seguir em nível alto na comparação com a série histórica. "Achamos que é um pouco desse reflexo da acomodação do ciclo de crédito após aperto monetário", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251030>

Inação pode gerar perda de R\$ 17 trilhões

Camila Zarur e Lucianne Carneiro Do Rio

A falta de investimentos em adaptação às mudanças climáticas representa um risco trilionário ao Brasil. Neste sentido, medidas de preparação das cidades e da população para lidar com os efeitos do clima podem minimizar gastos com eventos extremos e proteger a economia. Pesquisas estimam que a inação pode gerar uma perda de R\$ 17 trilhões no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro até 2050.

O dado foi apresentado no painel "Do campo às cidades, quais as soluções para se adaptar à mudança climática", parte do evento "Resiliência climática: o desafio da adaptação às mudanças do clima", realizado pelos jornais Valor e O Globo e pela rádio CBN. A diretora do departamento de Políticas de Adaptação e Resiliência do Ministério do Meio Ambiente, Inamara Alves, afirmou que 84% dos municípios brasileiros foram afetados por desastres em uma década.

"Estamos falando de uma população de 324 milhões de pessoas afetadas. É mais do que a população, porque às vezes uma pessoa é afetada mais de uma vez. E mais de 100 milhões foram afetadas diretamente", disse Alves. O impacto negativo de R\$ 17 trilhões no **PIB** brasileiro considera um cenário de "inação", segundo ela. "Estamos falando ainda da perda de mais de 4 milhões de empregos. Então, do ponto de vista econômico e do ponto de vista social, é uma agenda absolutamente relevante que precisa fazer com que a mobilização aconteça em todos os setores."

Outra estimativa aponta para uma perda de quase R\$ 500 bilhões nos últimos dez anos no Brasil por causa de eventos climáticos.

Um dos exemplos citados foi o das chuvas no Rio Grande do Sul, em 2024. As enchentes no Estado gaúcho, que afetaram 2,4 milhões de pessoas e mataram 184, somaram R\$ 100 bilhões em perdas. Desse valor, segundo pontuou Claudia Prates, diretora de sustentabilidade da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSG), apenas R\$ 6 bilhões foram cobertos por seguros - um "gap" de 90% a 95%. O dado é um contraste com países desenvolvidos, onde essa lacuna costuma ser de 40% a 50%.

Por muitos anos, apontaram os especialistas, o debate sobre as mudanças climáticas estava voltado para a ideia da mitigação. Havia, inclusive, uma certa

resistência ao uso do conceito de adaptação, que parte de uma perspectiva mais clara de que a crise climática é uma realidade cotidiana e inevitável. Com o tempo, porém, essa mentalidade mudou. Dentro do conceito de economia da adaptação, um estudo da organização World Resources Institute (WRI) mostra que a cada US\$ 1 investido em medidas para se adaptar às mudanças climáticas, US\$ 10,50 são gerados em benefícios que vão desde minimizar gastos com reparação de danos até avanços socioambientais.

Na avaliação de Prates, o setor segurador tem a capacidade de auxiliar governos para cobrir os riscos e aumentara resiliência em casos de desastres naturais. "[Seguro] Não é um custo, é uma proteção. Então, se você tem um evento climático extremo e tem uma perda, o governo se endivida e não coloca dinheiro novo na economia. Mas se você tem uma proteção, é um dinheiro novo que entra. Isso aumenta a resiliência da economia também", afirmou.

No entanto, para o trabalho de adaptação ser efetivo, é preciso coordenação e colaboração entre as diferentes instâncias do poder público e a sociedade civil. Segundo Alves, o Ministério do Meio Ambiente apresentará diretrizes para adaptar as cidades e Estados brasileiros durante a COP30. Serão 300 metas a serem alcançadas por meio de mais de 800 ações envolvendo 25 ministérios. Elas fazem parte do Plano Clima-Adaptação.

Na mesma linha, a representante do International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI) no Rio, Valéria Braga, defendeu a importância da governança climática. O ICLEI é uma associação internacional voltada para desenvolvimento sustentável que reúne governos locais e subnacionais. "A governança climática existe em diversos níveis. Ela pode ser municipal, regional, nacional. Ela pode estar até dentro de uma empresa privada. O que é importante é que essa governança seja integrada, coordenada e sustentável. Ela tem que prever a participação da sociedade civil, das empresas, do governo", disse Braga.

Uma das urgências nesse debate, e também discutida no painel, é a importância do acesso a dados e a existência de um conjunto de indicadores climáticos que permitam acompanhar e monitorar a evolução da realidade para servir de referência na adoção de políticas públicas. O Acordo de Paris estabeleceu a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Além

disso, o chamado Objetivo Global de Adaptação (GGA, na sigla em inglês) já previa um conjunto mais amplo de indicadores climáticos, em contraponto a uma única medida.

Só nas COPs, porém, é que o debate avançou. No momento, especialistas de diferentes países negociam uma lista que reúna até 100 indicadores para ser apresentada em Belém. Além disso, cada país terá seus planos locais de adaptação. No evento, Alves apresentou o Plano Clima Adaptação, que está em construção pelo governo desde 2023 e é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. O trabalho reúne 25 ministérios. Foram elaborados 16 planos setoriais, que resultaram em mais de 300 metas de adaptação à mudança do clima e o planejamento de mais de 800 ações e medidas em todas as áreas.

O projeto "COP30 Amazônia" é uma realização dos jornais Valor Econômico e O Globo e da rádio CBN com o patrocínio master de Eletrobras, patrocínio de JBS, Vale e Phillip Morris Brasil, apoio do Governo do Acre, BNDES, Governo do Pará, Suzano e Vivo e parceria institucional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds).

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251030>

Fundos para crises climáticas estão abaixo da meta, diz ONU

Daniela Chiaretti DeParintins(AM)

Os países em desenvolvimento precisam de US\$ 310 bilhões de recursos anuais, até 2035, para se adaptarem aos impactos da emergência climática. A meta de US\$ 40 bilhões em recursos públicos até 2025 não será atingida.

As necessidades de financiamento de adaptação para os países mais pobres são 12 vezes maiores que os atuais fluxos públicos internacionais de recursos.

Estas mensagens são do Relatório sobre a Lacuna de Adaptação 2025 (Adaptation Gap Report) lançado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Pnuma.

"Os impactos climáticos estão se acelerando. No entanto, o financiamento para adaptação não está acompanhando o ritmo, deixando as pessoas mais vulneráveis do mundo expostas ao aumento do nível do mar, tempestades mortais e calor escaldante", disse António Guterres, o secretário-geral da ONU, sobre o relatório. "A adaptação não é um custo - é uma tábua de salvação."

O relatório, feito todos os anos pelo Pnuma, é lançado a duas semanas da COP30, em Belém, e simultaneamente à passagem do furacão Melissa que deixou a Jamaica e o Haiti com um raio de destruição, matou mais de 45 pessoas na região e atingiu Cuba na madrugada.

O título do relatório - Adaptation Gap Report 2025: Running on Empty - diz que o mundo, em matéria de adaptação climática, está rodando na reserva.

"Todos os países enfrentam os impactos do clima - incêndios florestais, ondas de calor, inundações e secas. A Jamaica enfrenta o pior furacão de sua história", disse Inger Andersen, diretora executiva do Pnuma, a jornalistas.

"Precisamos de um impulso global para aumentar o financiamento da adaptação, tanto de fontes públicas como privadas, sem aumentar a dívida das nações vulneráveis", seguiu a cientista dinamarquesa, reconhecendo o desafio do tema com países enfrentando aperto de orçamento e outras prioridades. "A realidade é simples: se não investirmos em

adaptação agora, enfrentaremos custos crescentes a cada ano."

Adaptação climática é um tema prioritário na COP30, em Belém. Em sua última carta, o presidente da conferência, embaixador André Corrêa do Lago, disse que é preciso mudar a percepção de que adaptação climática é um tema local, para dar ao assunto um esforço global.

Segundo o relatório, os fluxos internacionais de financiamento público de adaptação para os países em desenvolvimento foram de US\$ 26 bilhões em 2023. Tinham sido de US\$ 28 bilhões em 2022. Isso deixa uma lacuna de financiamento de adaptação de US\$ 284-339 bilhões por ano - 12 a 14 vezes mais do que os fluxos atuais.

Em 2021, na COP de Glasgow, os países ricos prometeram dobrar o financiamento público internacional de adaptação dos níveis de 2019 para aproximadamente US\$ 40 bilhões até 2025. Como se vê, a promessa não está sendo cumprida. Na COP30 pretendem triplicar o objetivo.

Henry Neufeldt, cientista-chefe do Pnuma, diz que há, contudo, progressos. Ao menos 172 países têm hoje uma política, estratégia ou plano nacional de adaptação e só quatro nações no planeta não começaram a desenvolver algo. Os países relatam mais de 1.600 ações de adaptação implementadas em biodiversidade, agricultura, água e infraestrutura.

Inger Andersen diz que "a realidade é que nenhum país, rico ou pobre, está preparado para os incêndios, secas, inundações" da emergência climática.

Durante a COP29 em Baku, ficou estabelecido que os países desenvolvidos forneçam pelo menos US\$ 300 bilhões por ano até 2035 para ações climáticas em países em desenvolvimento. Este número não especificou quanto seriam recursos públicos e a meta inclui tanto esforços de mitigação quanto de adaptação.

"Se as necessidades estimadas de financiamento para adaptação de US\$ 310-365 bilhões em 2035 fossem ajustadas pela **inflação** a uma taxa anual de 3%", diz o relatório.

Fundos internacionais climáticos, como o Fundo de Adaptação, o Fundo Global para o Meio Ambiente e o Fundo Verde para o Clima aumentaram seu apoio para novos projetos e o volume chegou a US\$ 920 milhões em 2024. O relatório, contudo, alerta que este volume pode ser um pico e o futuro é incerto.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251030>

Marcha contra a reforma reúne milhares na Esplanada dos Ministérios

Martha Imenes

Marcha iniciou em frente ao museu e terminou em frente ao Congresso Nacional | Foto: Divulgação/CUT

A reforma administrativa mobilizou **servidores públicos** municipais, estaduais e federais de todo o Brasil ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, nesta quarta-feira (29). As mudanças nas regras para o funcionalismo público tramitam na Câmara dos Deputados sob o número PEC 38/2025. Centrais sindicais e entidades representativas dos servidores, presentes à Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa, cobraram de parlamentares a retirada do texto apresentado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

A reforma administrativa é uma das prioridades definidas pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para discussão em 2025. Além da PEC, o pacote da reforma administrativa contém também um projeto de lei complementar e um projeto de lei.

A reforma prevê, por exemplo, novas regras para concursos públicos, limita o trabalho remoto, prevê avaliação periódica por desempenho, bonificações por metas, amplia vínculos temporários, extingue de cargos por decreto, entre outros pontos.

Reedição da PEC 32

De acordo com servidores, a proposta reedita os pilares da antiga PEC 32 e mantém ataques à estabilidade, aos concursos e às garantias de carreira. Para eles, a reforma não combate privilégios - retira direitos e entrega o Estado aos interesses privados. Caso aprovada, resultará em menos concursos, mais terceirizações, cortes salariais, restrição de licenças e férias, e privatização de serviços essenciais.

Anfip

Para o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, Miguel Nôvo, a proposta de reforma não pode prosperar. Essa reforma, além de trazer muitas inconstitucionalidades, precariza o serviço público e desvaloriza o servidor. A gente precisa debater todos

os itens e contrapor tudo que está sendo colocado nessa PEC , alertou.

Já o diretor do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) Diego Marques avalia que é um retrocesso a criação de um cadastro nacional para contratação de funcionários temporários.

Mesmo que não exista um dispositivo dentro da legislação que viole a estabilidade dos **servidores públicos** que estão na ativa, na prática, a tendência é que amplas áreas de serviço público não tenham mais concurso com estabilidade , disse.

A Anafe está mobilizada em todas as frentes - institucional, parlamentar e de mobilização social - para defender a Advocacia Pública Federal e o serviço público brasileiro. Este é um momento decisivo para demonstrarmos nossa força e unidade. Convidamos cada associado e associada a se somar a essa luta em defesa do Estado e das instituições que servem à sociedade , afirmou o presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), Vitor Pinto Chaves.

Durante o ato, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, destacou que a unidade das centrais sindicais tem sido decisiva em todos os momentos de enfrentamento e que, desta vez, não será diferente.

É muito importante porque toda vez que a gente esteve junto, unido - todas as centrais, todas as esferas - a gente venceu, e agora não vai ser diferente. O deputado Pedro Paulo quer enganar o povo dizendo que essa reforma é para melhorar a vida do servidor. Se fosse para melhorar, ele teria construído o projeto junto com os servidores, e não com os setores patronais, que querem de volta a famigerada PEC 32. Nós não podemos ter dúvida disso: o que eles estão discutindo é a PEC 32 com outro nome. E nós já derrotamos ela uma vez - e vamos derrotar de novo, com luta e mobilização , disse Nobre.

A concentração de **servidores públicos** ocorreu na frente do Museu Nacional da República em seguida foram em marcha até a Esplanada dos Ministérios. Participaram servidores de vários estados como Goiás, Bahia, São Paulo, Espírito Santo, entre outros.

Os manifestantes caminharam até o Congresso Nacional, empunhando faixas como Reforma Administrativa é o fim do serviço público e Nenhum direito a menos .

Convocação

A Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa foi convocada com o apoio da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, e contou com a participação de parlamentares que se opõem à proposta.

Principais impactos

* Avaliação periódica de desempenho: prevê a demissão por baixo desempenho sem critérios objetivos, abrindo espaço para perseguições políticas e ameaçando a estabilidade, essencial à continuidade dos serviços públicos.

* Bonificações por metas: substituem progressões de carreira por prêmios individuais, impondo lógica competitiva e produtivista ao serviço público, em detrimento do caráter coletivo e social da função estatal.

* Flexibilização das carreiras e contratações: amplia vínculos e formas de ingresso, o que pode fragilizar o mérito técnico e facilitar indicações políticas.

* Ampliação de vínculos temporários: estimula contratações precárias e sem estabilidade, comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

* Extinção de cargos por decreto: autoriza o Executivo a eliminar cargos sem aval do Congresso, concentrando poder e ameaçando a autonomia institucional.

Presenças

Também estiveram presentes: Anaseg, Anatesp, **Anfip**, Aojesp, Aprojus, Aspal, ASJ, Assetj, Atens SN, Capesp, Fenafisco, Fenale, Fenalegis, Fenastc, Fespesp, Sindafep, Sindafisco, Sindaftema, Sindalemg, Sindalesc, Sindicontas PE, Sindicontas PR, Sindefesa, Sindep MG, Sindifisco RS, Sindilegis PR, Sindilex, SindMP PR, Sinafresp, Sinfazfisco MG, SinPRF PR, Sisal MS, Sitesp, CUT, Condsef, Confetam, CNTE, além de outras entidades e sindicatos.

Site:

<https://www.correiodamanha.com.br/economia/funcionalismo-publico/2025/10/230251-marcha-contra-a-reforma-reune-milhares-na-esplanada-dos-ministerios.html>